

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Contribuinte : 506610624

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	16.386.092,60	16.600.491,61
Activos intangíveis	6	5.086,68	10.171,84
Investimentos financeiros	17,1	3.297,89	0,00
		16.394.477,17	16.610.663,45
Activo corrente			
Clientes	17,3	65.061,55	84.369,86
Adiantamentos a fornecedores		0,00	3.506,60
Estado e outros entes públicos	17,10	5.308,47	3.690,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17,2	1.039,67	0,00
Outras contas a receber	17,4	405.855,24	341.629,54
Diferimentos	17,5	18.830,32	2.391,94
Outros activos financeiros	17,6	6.103,90	6.820,00
Caixa e depósitos bancários	17,7	97.113,25	87.305,46
		599.312,40	529.714,04
Total do activo		16.993.789,57	17.140.377,49
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17,8	575.579,75	575.579,75
Resultados transitados	17,8	9.149.937,02	9.258.922,20
Outras variações nos fundos patrimoniais	17,8	2.301.813,35	2.392.564,38
		12.027.330,12	12.227.066,33
Resultado líquido do período		18.932,07	-449,06
Total do fundo de capital		12.046.262,19	12.226.617,27
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	32.250,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	3.286.369,48	3.398.871,58
		3.318.619,48	3.398.871,58
Passivo corrente			
Fornecedores	17,9	221.760,34	288.243,96
Adiantamentos de Clientes	17,11	270,68	270,68
Estado e outros entes públicos	17,10	212.322,57	264.275,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17,2	48.860,43	68.918,01
Financiamentos obtidos	8	309.569,21	324.000,00
Diferimentos	17,5	308.010,14	36.032,66
Outras contas a pagar	17,11	528.114,53	533.147,57
		1.628.907,90	1.514.888,64
Total do passivo		4.947.527,38	4.913.760,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16.993.789,57	17.140.377,49

A Direcção,

O Técnico Oficial de Contas



André Fernandes Coelho

Indantus
20175

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.014	2.013
Vendas e serviços prestados	10	773.059,98	803.999,61
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2.804.667,58	2.710.516,75
ISS, I.P. - Centro Distrital		2.321.671,00	2.202.440,46
Outros		482.996,58	508.076,29
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-129.317,09	-137.362,41
Fornecimentos e serviços externos	17,14	-640.218,27	-547.326,79
Gastos com o pessoal	15	-2.333.515,04	-2.149.717,92
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3 e 17.4	-64.493,74	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	-32.250,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	17,6	-716,10	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17,15	146.389,80	146.322,14
Outros gastos e perdas	17,16	-95.126,01	-414.441,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		428.481,11	411.990,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-247.732,09	-250.388,74
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		180.749,02	161.601,37
De financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares suportados	17,17	-161.816,95	-162.050,43
Resultados antes de impostos		18.932,07	-449,06
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		18.932,07	-449,06

A Direcção,

O Técnico Oficial de Contas




2014



André Fernandes Coelho

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2014	2013
Fluxos de Caixa das actividades operacionais-método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		786.461,81	731.550,65
Pagamentos de subsídios			(2.234,07)
Pagamento de apoios			(10,20)
Pagamento de bolsas			
Pagamento a Fornecedores		(860.446,40)	(697.539,63)
Pagamentos ao Pessoal		(2.378.271,26)	(1.696.036,68)
Caixa gerada pelas operações		(2.452.255,85)	(1.664.269,93)
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		2.789.705,74	2.024.037,99
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		337.449,89	359.768,06
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos de			
Activos Fixos Tangíveis		(35.601,85)	(400.630,95)
Activos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros		(3.297,89)	(6.820,00)
Outros Activos			
Recebimentos de			
Activos Fixos Tangíveis			
Activos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao Investimento			13.956,57
Juros e Rendimentos similares		7,48	103,91
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(38.892,26)	(393.390,47)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos de			
Financiamento Obtidos		71.171,49	407.225,01
Realização de fundos			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			45.212,72
Outras operações de financiamento			(225.678,00)
Pagamentos de			
Financiamentos Obtidos		(198.104,38)	(590.407,68)
Juros e gastos similares		(161.816,95)	(140.064,64)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			(617,50)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		(288.749,84)	(504.330,09)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		9.807,79	(537.952,50)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		87.305,46	625.257,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período		97.113,25	87.305,46

A Direcção,

O Técnico Oficial de Contas,



[Handwritten signature]
2015

H
JR
R

Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
2014

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Activos Fixos Tangíveis	10
6	Activos Intangíveis	11
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	13
12	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	13
13	Efeitos de alterações em <u>taxas de câmbio</u>	14
14	Imposto sobre o Rendimento	14
15	Benefícios dos empregados.....	14
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
17	Outras Informações.....	14
17.1	Investimentos Financeiros.....	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	15
17.3	Clientes e Utentes	15
17.4	Outras contas a receber	15
17.5	Diferimentos	15
17.6	Outros Activos Financeiros	16
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	16
17.8	Fundos Patrimoniais.....	16
17.9	Fornecedores	16
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	16
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	17
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	17
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	18

17.15 Outros rendimentos e ganhos	18
17.16 Outros gastos e perdas.....	18
17.17 Resultados Financeiros.....	18
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	19

H
oo
K
AC

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de Outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República n.º299 de 23 de Dezembro de 2004, Série III, com sede em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projectos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);



3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao

longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

O Imóvel CRPCCG não se encontra a ser depreciado, uma vez que a APCL ainda não tomou posse administrativa do mesmo, sendo que a sua manutenção e reparação tem vindo a ser assumida pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que se encontra a gerir o referido equipamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Activos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Activos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são reflectidas no Balanço no activo.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) **estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):**

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

- Face à antiguidade das dívidas e tendo em conta que um número significativo de associados não liquidou a respectiva quota à vários exercícios, no exercício de 2014 procedeu-se ao desreconhecimento na contabilidade da quase totalidade do valor em dívida relativo a quotas de associados. Assim sendo, os montantes das quotas de associados entre o ano de 2003 e 2013 foram regularizados, tendo como contrapartida

a conta Resultados Transitados, ficando apenas reflectidas na contabilidade as quotas relativas ao ano de 2014.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2013 e de 2014, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administ.	Outros Activos	Total
Activos							
Saldo Inicial	3.440.443,22	14.099.932,16	625.973,06	100.540,70	138.480,81	27.479,85	18.432.311,79
Aquisições	0,00	0,00	8.138,92	0,00	1.278,28	0,00	9.417,20
Outras Variações	-14.372,18	33.202,90	0,00	0,00	0,00	0,00	18.830,72
Saldo Final	3.426.071,04	14.133.135,06	634.111,98	100.540,70	139.759,09	27.479,85	18.460.559,71
Depreciações Acumuladas							
Saldo Inicial	0,00	1.062.635,84	525.643,21	100.002,66	117.790,04	25.748,43	1.831.820,18
Depreciações do Exercício	0,00	200.372,28	30.013,35	538,04	11.369,86	353,40	242.646,93
Outras Variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	1.263.008,12	555.656,56	100.540,70	129.159,90	26.101,83	2.074.467,11
Activo Líquido	3.426.071,04	12.870.126,94	78.455,42	0,00	10.599,19	1.378,02	16.386.092,60
31 de Dezembro de 2013							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras construções	Equip. Básico	Equip. Transp.	Equip. Administ.	Outros Activos	Total
Activos							
Saldo Inicial	3.432.207,13	13.906.737,38	623.450,99	100.540,70	128.110,61	27.479,85	18.217.988,62
Aquisições	0,00	0,00	2.522,07	0,00	10.370,20	0,00	12.892,27
Outras Variações	8.236,09	193.194,78	0,00	0,00	0,00	0,00	201.430,87
Saldo Final	3.440.443,22	14.099.932,16	625.973,06	100.540,70	138.480,81	27.479,85	18.432.311,76
Depreciações Acumuladas							
Saldo Inicial	0,00	803.012,78	486.854,12	99.464,59	105.017,06	25.134,13	1.519.482,68
Depreciações do Exercício	0,00	201.392,02	38.789,09	538,04	12.772,98	614,30	254.106,43
Outras Variações	0,00	58.231,04	0,00	0,00	0,00	0,00	58.231,04
Saldo Final	0,00	1.062.635,84	525.643,21	100.002,63	117.790,04	25.748,43	1.831.820,15
Activo Líquido	3.440.443,22	13.037.296,32	100.329,85	538,07	20.690,77	1.731,42	16.600.491,61

6 Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2013, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	31 de Dezembro de 2014				Total
	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Fixos Intangíveis	
Activos					
Saldo Inicial	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Amortizações do Exercício	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Saldo Final	0,00	10.170,32	0,00	0,00	10.170,32
Activo Líquido	0,00	5.086,68	0,00	0,00	5.086,68

					Total
	Projectos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Fixos Intangíveis	
Activos					
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Saldo Final	0,00	15.257,00	0,00	0,00	15.257,00
Depreciações Acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações do Exercício	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Saldo Final	0,00	5.085,16	0,00	0,00	5.085,16
Activo Líquido	0,00	10.171,84	0,00	0,00	10.171,84

7 Locações

A Entidade não detém activos adquiridos com recurso a locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2014		2013	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimo Banco Espírito Santo/Novo Banco n.º 0770027116	188 397.72	1 598 881.25	194 400.00	1 778 471.58
Empréstimo Banco Espírito Santo/Novo Banco n.º 0770049006	50 000.00	1 237 500.00	129 600.00	1 170 400.00
Empréstimo Montepio Geral	-	449 988.23	-	450 000.00
Livrança Montepio Geral	68 000.00	-	-	-
	<u>306 397.72</u>	<u>3 286 369.48</u>	<u>324 000.00</u>	<u>3 398 871.58</u>

O plano de reembolso perspectivado para os próximos exercícios ascende a 306 397.72€ para o ano de 2015. Relativamente ao empréstimo Banco Espírito Santo/Novo Banco n.º 0770049006, foi aprovado em Janeiro de 2014 um aditamento ao contrato, resultando numa carência de capital até dia 1 de Agosto de 2015.

O empréstimo associado ao Montepio Geral, foram também renegociadas as condições inicialmente acordadas, uma vez que o período de carência de capital terminaria em Outubro de 2014. A APCL renegociou de forma a alargar esse período, bem como reduzir a taxa de juro associada ao empréstimo. No Balanço na Rubrica Financiamentos Obtidos CP está reflectido o valor de 3171,49€, relativo ao saldo credor da conta depósitos à ordem.

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2014	2013
	Existências Iniciais	
Compras	129 317.09	137 362.41
Regularização Existências		
Existências Finais		
Custo do Exercício	<u>129 317.09</u>	<u>137 362.41</u>

10 Rédito

Para os períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2013
Vendas	947.21	28 323.34
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	752 826.25	741 179.30
Quotas e jóias	19 553.49	33 173.23
Outros Rendimentos	-	6 115.52
Descontos e abatimentos	-266.97	-4791.78
Total	773 059.98	803 999.61

11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2013 e 2014, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2013	Aumentos	Diminuições	2014
Processos judiciais em curso	0.00	32 250.00	0.00	32 250.00
Total	0.00	32 250.00	0.00	32 250.00

O aumento da provisão na rubrica “Processos judiciais em curso”, deve-se ao facto de se encontrar a decorrer um processo judicial entre a APCL e um fornecedor de serviços.

Passivos contingentes

Existe o montante de 70400,00€ a liquidar à Autoridade Tributária, referente ao IMI do CRPCCG, estando a APCL isenta do pagamento deste imposto. Foram apresentados recursos hierárquicos dos quais ainda não teve qualquer despacho. No entanto, é convicção da APCL que esta situação terá um desfecho favorável, pelo motivo mencionado anteriormente.

Activos contingentes

Foi liquidado o montante de 69160.26€ ao IGFSS, relativamente a uma dívida, de anos anteriores, existente relativa à Formação Profissional e que verbalmente foi prometido à APCL a sua recuperabilidade. Uma vez que só existe a promessa verbal, o recebimento da verba não é virtualmente certo.

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, actual APCL, foi contemplada no testamento da Sr^a Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº49 em Elvas, sendo que ficou acordado em acta de reunião onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00€.

12 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Entidade tinha os seguintes saldos:

	2014	2013
Subsídios do Estado	2 607 000.98	2 585 872.48
ISS, IP - Centro Distrital	2 321 671.00	2 202 440.46
IEFP	246 041.30	265 018.49
Autarquias	32 718.10	118 413.53
INR	6 570.58	-
PCAND	5 869.35	-
Federação Assoc. Portuguesas Paralisia Cerebral	103 599.37	-
Doações e Heranças	88 197.88	124 644.27
	2 804 667.58	2 710 516.75

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2014 e 31/12/2013, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 187 e em 31/12/2013 foi de 186.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	1 731 099.95	1 560 789.15
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	3 200.33	9 860.00
Encargos sobre as Remunerações	389 548.43	336 492.86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 820.98	20 738.09
Outros Gastos com o Pessoal	198 845.35	221 837.82
Total	2 333 515.04	2 149 717.92

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas ao Estado em situação de mora no valor de €170283,10, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, na medida em que existe um acordo de pagamento em vigor para pagamento dos valores em dívida.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2014	2013
Outros investimentos financeiros	3 297.89	0.00
Total	3 297.89	0.00

O montante de €3297,89 refere-se a retenções efectuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	48860,43	68918,01
Total	48860,43	68918,01

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2014 e 2013 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2014	2013
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	70 968.03	90 721.85
Total	70 968.03	90 721.85

Nos períodos de 2014 e 2013 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2014	2013
Utentes	-5 906.48	-6 351.99
Total	-5 906.48	-6 351.99

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte decomposição:

	2014			2013		
	Montante Bruto	Imparidade Acumulada	Montante Líquido	Montante Bruto	Imparidade Acumulada	Montante Líquido
Outras Contas a Receber						
Fornecedores de investimentos (271)	18.233,35	0,00	18.233,35	0,00	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos (272)	58.903,42	0,00	58.903,42	86.684,11	0,00	86.684,11
Sócios (278)	17.294,00	15.173,77	2.120,23	128.433,91	15.173,77	113.260,14
ADSE (278)	11.072,10	0,00	11.072,10	11.072,10	0,00	11.072,10
Santa Casa da Misericórdia (278)	0,00	0,00	0,00	21.297,30	0,00	21.297,30
Outros Devedores (278)	357.967,63	46.473,89	311.493,74	111.771,35	2.455,46	109.315,89
Fornecedores conta corrente (221)	24.953,22	20.920,82	4.032,40	0,00	0,00	0,00
	488.423,72	82.568,48	405.855,24	359.258,77	17.629,23	341.629,54

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Gastos a Reconhecer		
Total	18 830,32€	2 391.94€
Rendimentos a Reconhecer		
Total	308 010,14€	36 032,66

17.6 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2014	2013
Fundo de Participação CEMG		
Total	6103,90€	6820,00€

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2013
Caixa	3 498.65	3 837.42
Depósitos à ordem	86 963.92	75 817.36
Depósitos a prazo	6 650.68	7 650.68
Total	97 113.25	87 305.46

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2014 ocorreram as seguintes variações nos Fundos Patrimoniais:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579.75	0.00	0.00	575 579.75
Resultados transitados	9 258 922.20	0.00	-108 985.18	9 149 937.02
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 392 564.38	0.00	-90 751.03	2 301 813.35
Total	12 227 066.33	0.00	-199 736.21	12 027 330.12

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/c	242 681.16	288 243.96
Perda por imparidade acumulada	20 920.82	0.00
Total	221 760.34	288 243.96

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 132.52	2 624.36
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 160.95	1 051.28
Outros Impostos e Taxas	15.00	15.00
Total	5 308.47	3 690.64
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	18 837.27	22 866.27
Segurança Social	192 572.24	240 997.38
Outros Impostos e Taxas	913.06	412.11
Total	212 322.57	264 275.76

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

	2014 Montante Liquido	2013 Montante Liquido
Outras Contas a Pagar		
Cientes saldo credor (211-218)	25.370,15	0,00
Pessoal (23)	18.435,50	0,00
Fornecedores de investimentos (271)	15.853,89	53.482,96
Credores por acréscimos	14.570,99	0,00
Estimativa Férias e Subsídio Férias	326.792,68	269.480,04
Fundo Socorro Social	63.812,34	94.442,34
Outros Devedores e Credores < €10,000 (278)	63.278,98	115.742,23
	<u>528.114,53</u>	<u>533.147,57</u>

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não existem movimentos associados a esta rubrica.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2014 e 2013, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2014	2013
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 607 000.98	2 585 872.48
Subsídios de outras entidades	109 468.72	0.00
Doações e heranças	88 197.88	124 644.27
Total	2 804 667.58	2 710 516.75

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, foi a seguinte:

Descrição	2014	2013
Serviços especializados	314 284.29	244 099.17
Materiais	14 476.39	9 907.45
Energia e fluidos	193 647.16	178 907.50
Deslocações, estadas e transportes	6 192.97	9 360.89
Serviços diversos	111 617.46	105 051.78
Total	640 218.27	547 326.79

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Rendimentos Suplementares	0.00	170.00
Descontos de pronto pagamento obtidos	16.84	0.00
Outros rendimentos e ganhos	146 365.48	146 047.86
Juros e rendimentos similares obtidos	7.48	104.28
Total	146 389.80	146 322.14

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2013
Impostos	8 991.33	4 431.56
Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	77 617.81	0.00
Outros Gastos e Perdas	8 516.87	82 203.51
Gastos IEFPP	0.00	327 806.20
Total	-95 126.01	-414 441.27

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2013 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2013
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	154 720.54	162 050.43
Juros de financiamentos obtidos	137 013.52	142 518.63
Juros de Mora e Compensatórios	13 120.79	15 121.37
Outros Juros	4 586.23	4 410.43
Outros gastos e perdas de financiamento	7 096.41	0.00
Total	161 816.95	162 050.43
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	-161 816.95	-162 050.43

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

As contas aprovadas em Assembleia Geral de Associados no passado dia 28 de Maio de 2015, não reflectem os valores que constam dos mapas actuais.

A APCL tem activa uma garantia bancaria no valor de €4650.68 na instituição bancária BPI, a favor da Câmara Municipal de Oeiras.

Os empréstimos bancários do Banco Espírito Santo, actual Novo Banco, têm como garantia real a hipoteca dos bens imóveis onde estão instalados os equipamentos sociais do Centro Nuno Belmar da Costa sito em Oeiras e Centro Nuno Azeredo Perdigão sito em Odivelas.

A Autoridade Tributária tem como garantia real a hipoteca das fracções A a D do equipamento social Espaço Sete Oficinas sito em Telheiras, em virtude do processo ainda a decorrer relativo ao IMI do edifício do CRPCCG.


Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral em 21 de Setembro de 2015.

A Direcção



André Fernandes Coelho

O Técnico Oficial de Contas



90135



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)	
ANEXO OBRIGATÓRIO	
CG	ANO 2014 -1
Conta de Gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social	NISS 20017238929
	NIPC 506610624

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º	TAXA DE AMORTIZ.	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES				SALDO VALOR LIQ. ANO N-1	MOVIMENTOS NO ANO				SALDO VALOR LIQ. ANO N
					1.º AO 3.º ANO	4.º e 5.º ANO	6.º ANO	7.º ao 50.º ANO		A débito		A crédito		
										Para a 7883	Outros débi	cebimentos	Outros crédito	
INVEST.º	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	
593	SUBSÍDIOS													
5931	Ampliação e Reabilitação CNBC													
593111	Do - FEDER	2006	433687.46		21 467.95	21 467.95	21 467.95	21 467.95	261 943.86	21 467.95				240 475.91
593112	Do - PIDDAC	2006	289125.02		14 311.96	14 311.96	14 311.96	14 311.96	174 629.34	14 311.96				160 317.38
593113	Da - Entidade Executora	2006	79005.71		3 975.55	3 975.55	3 975.55	3 975.55	47 201.31	3 975.55				43 225.76
5932	Saude XXI													
593211	Saude XXI	2007	148009.46		7400.47	7400.47	7400.47	7400.47	96 206.17	7 400.47				88 805.70
5933	PARES II													
593301	Instituto Segurança Social	2012	1 129 353.34		29 481.22	29 481.22	29 481.22	29 481.22	1 070 390.90	29 481.22				1 040 909.68
5935	CMO													
593501	CMO - CNBC	2013	116 593.90		11 113.88	11 113.88	11 113.88	11 113.88	116 593.90	11 113.88				105 480.02
593502	CMO - Casas de Granja	2013	144 000.00		3 000.00	3 000.00	3 000.00	3 000.00	144 000.00	3 000.00				141 000.00

	TOTAL SUBS. "EMP. A" - EX.: (CRECHE)		2339774.89		90 751.03	90 751.03	90 751.03	90 751.03	1 910 965.48	90 751.03	0.00	0.00	0.00	1 820 214.45
4	INVESTIMENTO													
4332	Edif. - Ampliação e Reabilitação CNBC	2006	1218580.34	5%	62513.17	62513.17	62513.17	62513.17	843 501.31					780 988.14
4332	Edif. - Saude XXI	2007	370434.55	5.00%	18521.73	18521.73	18521.73	18521.73	259 304.18					240 782.45
4332	Edif. - Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	2958429.51	2%	59168.59	59168.59	59168.59	59168.59	2 899 260.92					2 840 092.33
4333	Equip. Básico Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	113710.83	16.66%	18955.59	18955.59	18955.59	18955.59	94 755.24					75 799.65
4335	Equip. Adm Centro Azeredo Perdigão - PARES II	2012	9683.99	20.00%	1 936.80	1 936.80	1 936.80	1 936.80	7 747.19					5 810.39

	TOTAL DO INVESTIM. - "EMP. A" - EX.:		4670839.22		161095.9	161095.9	161095.88	161095.88	4 104 568.84					3 943 472.96

$$e+f+g=<h+i+j+l$$

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,